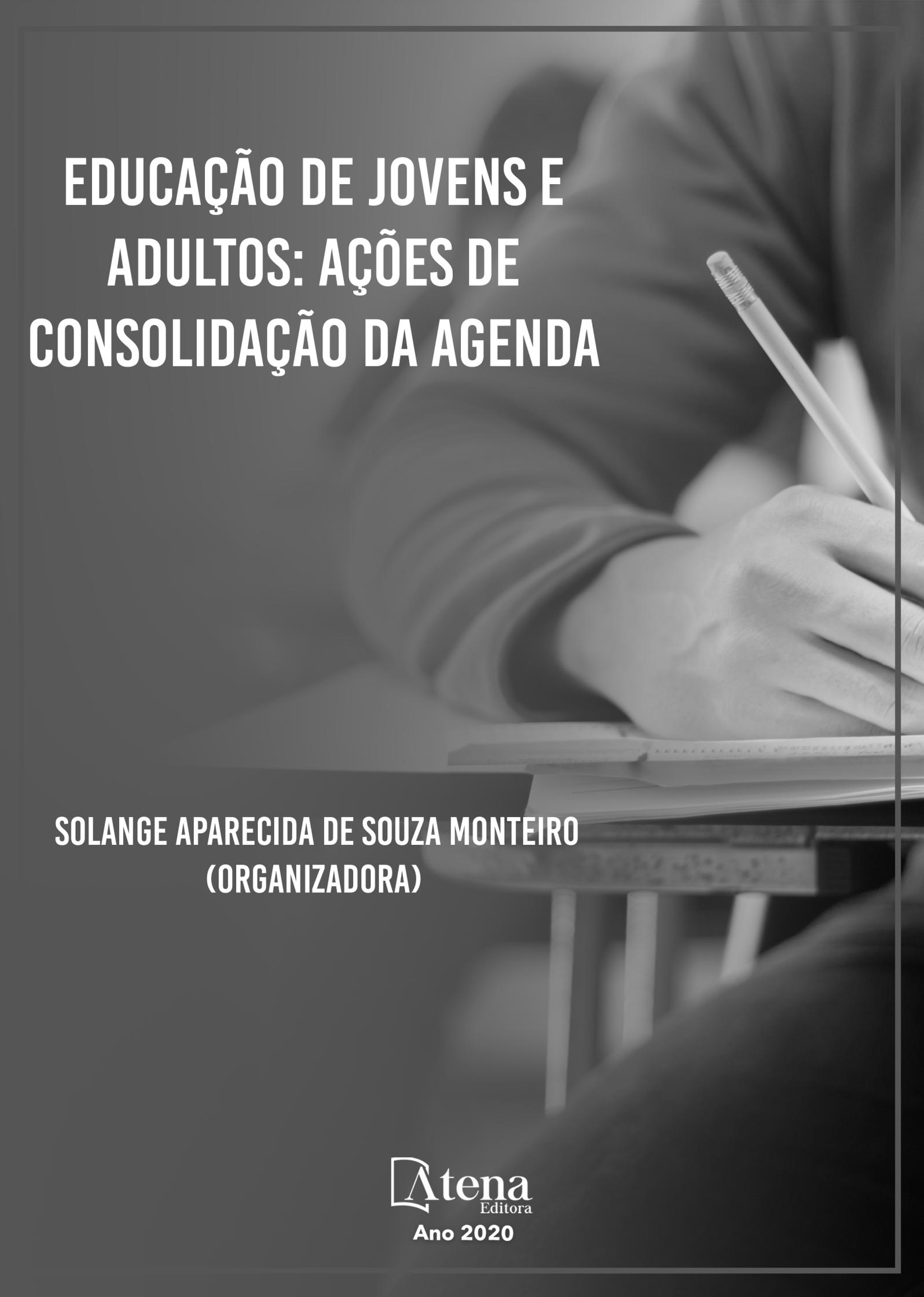
A close-up photograph of a person wearing a blue long-sleeved shirt, sitting at a desk and writing with a yellow pencil. The person's hands and the pencil are in sharp focus, while the background is blurred. The overall scene is set in a classroom or study environment.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Talys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação de jovens e adultos [recurso eletrônico] : ações de consolidação da agenda / Organizador Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-181-7 DOI 10.22533/at.ed.817201407</p> <p>1. Educação de jovens e adultos. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Professores e alunos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 372</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal
creio na superação dos erros
e angustia do presente.
(Cora Coralina, Oferta de Aninha)

Uma das funções da EJA (Educação de Jovens e Adultos), é reparar os danos educacionais negados essa parcela da sociedade, e provocar mudanças não só nos sujeitos envolvidos. Para isso é necessário que se tenha em mente que essa modalidade de ensino é um pouco mais complexa que as demais, pois os alunos da EJA são jovens e adultos trabalhadores ou não, maduros possuidores de uma consciência e um conhecimento formado a respeito da escola e do mundo e deve ser respeitado. As competências de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são lacunas políticas que ocorrem do interesse dos que operam com e na EJA com o objetivo de se constituírem coletivamente para trabalhar pelo direito ao ensino. Por vez, é fundamental estabelecer o que se verifica em que constituem as políticas públicas sendo que os alunos desse nível já são trabalhadores cansados da vivência cotidiana que busca aperfeiçoamento nos estudos ou até mesmo apenas a conclusão do mesmo e muitas vezes se sente desmotivado pelo descaso público com a EJA que sobrevive sem recurso e sem capacitação adequada aos professores. A partir dos anos de 1990, sobretudo a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, os signatários desse evento comprometeram-se em instituir um conjunto de medidas de cunho reformista, as quais se desdobraram, entre outros exemplos no Brasil, na aprovação da LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), cuja essência não traduziu o que a sociedade brasileira vinha discutindo na agenda da política educacional. Analisando os estudos de Gajardo (1999) e de Azevedo e Silva (2012), identificamos que a reforma educativa refletiu os diversos compromissos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando explícitas as orientações de cunho neoliberal. Nessa perspectiva, os estudos de Moura (2006) ressaltam que a educação profissional foi enquadrada na chamada dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. Enquanto o ensino médio encontra-se na esfera – última etapa – da educação básica, a educação profissional encontra-se em capítulo distinto. Assim sendo, Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. [...] algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2006, p. 15-16). Para o autor, a separação entre o ensino médio e a educação profissional foi objeto de interesse político no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Projeto de Lei nº 1603 já indicava essa tendência, mesmo antes da LDB. Em face de intensos e tensos debates, o PL nº 1603

foi traduzido para alguns artigos da LDB, conforme ressalta Moura (2006), além de ficar condicionado a decretos, sendo os mais evidentes o Decreto nº 2.208/97 e o 5.154/2004. A educação de jovens e adultos no Brasil é reconhecida como modalidade educativa, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), respaldando-se de um lado, no marco legal, estabelecido a partir dos anos de 1980, com a Constituição Federal, e, de outro, no conjunto de ações governamentais materializadas em programas e projetos. Além de se constituir como modalidade educativa vinculada aos sistemas oficiais de educação, de acordo com Gadotti (2001), podemos identificar a educação de adultos não formal geralmente vinculada a organizações não governamentais, igrejas, partidos políticos, entre outros, bem como a educação popular, resultado do “[...] processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico” (GADOTTI, 2001, p. 30). No que diz respeito ao marco legal para a educação. Em tempos de caminhos e descaminhos no contexto da política educacional brasileira, sobretudo no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e do discurso e das lutas por um sistema articulado que garanta a educação como um direito pleno e de qualidade socialmente referenciada, a educação de jovens e adultos situam-se num contexto marcado por desafios no que diz respeito à educação e ao trabalho, sobretudo mediante os altos índices de analfabetismo e da necessidade de qualificação como um dos importantes componentes de inserção ao mundo do trabalho.

Boa leitura a todos!!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APRENDIZAGEM PERMANENTE DE ADULTOS IDOSOS À LUZ DA COMPLEXIDADE	
Josseane Araújo da Silva Santos Ana Maria Freitas Dias Lima Clebson Gomes da Silva Lilian Gama da Silva Póvoa Maria José de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.8172014071	
CAPÍTULO 2	12
ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: O PANORAMA DA LEGISLAÇÃO ATUAL	
Ana Gabriela Ferreira Brito Wesquisley Vidal de Santana Andressa Borges Xavier Ceila Maria Menezes Oliveira Lidiane Ribeiro da Silva Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Luiz Sinésio Silva Neto Neila Barbosa Osório	
DOI 10.22533/at.ed.8172014072	
CAPÍTULO 3	17
CORPORALIDADE E ÉTICA NA EJA: A VOZ DA GESTÃO	
Ana Lidia Felipe Guimarães Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.8172014073	
CAPÍTULO 4	27
A SUBCOORDENADORIA DE JOVENS E ADULTOS: ARRIEIROS NA HISTÓRIA DE POLÍTICAS DE ACESSO A EJA NA REDE ESCOLAR DO RN	
Liz Araújo Walter Pinheiro Barbos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8172014074	
CAPÍTULO 5	38
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO PERCURSO HISTÓRICO À PRÁTICA ESCOLAR	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.8172014075	
CAPÍTULO 6	50
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO	
Marenilda Gomes do Nascimento Araújo Nilda da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.8172014076	
CAPÍTULO 7	66
FEIRA DE CIÊNCIAS JUNTO AO EJA: CONSTRUINDO A CIDADANIA	
Iêda Aparecida Pastre Nayara Cristina Silva Caldas	

Geovana Destro Cardoso
Gilmarcio de Oliveira Correia Junior
Carlos Eduardo Piovezan
Bruna Alves Moreira Fornari
Barbara Freitas Floriano
Mariana Gouveia Furlan
Janaina Alves Farias
Naira Biagini Maltoni
Ana Rita Rocha Lemos Viana Barbas
Vera Aparecida de Oliveira Tiera

DOI 10.22533/at.ed.8172014077

CAPÍTULO 8 76

FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA E COTIDIANOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Amilton Alves de Souza
Débora Regina Oliveira Santos
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.8172014078

CAPÍTULO 9 87

ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INTERFACES COM A QUESTÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Juliana Souto Santos

DOI 10.22533/at.ed.8172014079

CAPÍTULO 10 98

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO EM EJA: A REALIDADE DO TOPA

Cláudia Madalena Feistauer

DOI 10.22533/at.ed.81720140710

CAPÍTULO 11 104

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EJA: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES, CONTEÚDOS E O PAPEL DO PROFESSOR

Carlos André Bogéa Pereira
Waléria de Jesus Barbosa Soares
Elke Rusana Pires Santos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.81720140711

CAPÍTULO 12 112

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Paulo Alexandre Filho
Claudionor Renato da Silva
Débora Cristina Machado Cornélio
Fernanda Fernandes
Valquiria Nicola Bandeira
Cláudia de Fátima Oliveira
Rosymeire Bispo Palmas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81720140712

CAPÍTULO 13 122

CRESCER JUNTOS NA PARENTALIDADE POSITIVA: COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO PARENTAL

[Olívia de Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.81720140713

ÍNDICE REMISSIVO 137

SOBRE A ORGANIZADORA..... 138

A SUBCOORDENADORIA DE JOVENS E ADULTOS: ARRIEIROS NA HISTÓRIA DE POLÍTICAS DE ACESSO A EJA NA REDE ESCOLAR DO RN

Data de aceite: 10/07/2020

Liz Araújo

Secretaria de Estado Educação e Cultura
Natal/RN

ID Lattes:2499760283695761

Walter Pinheiro Barbos Júnior

UFRN/NATAL-RN

ID Lattes: 7532911538772143

RESUMO: Este texto, narra a história da Subcoordenadoria de Jovens e Adultos (SUEJA) da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Objetiva-se com essa narrativa, evidenciar e problematizar as políticas e práticas de atendimento educacionais à Educação de Jovens e Adultos (EJA), que foram mediadas pela SUEJA, no período de 1970 a 2004. Escrevemos toda a história a partir da escavação e garimpagem paciente e cuidadosa dos documentos existentes nos arquivos da SUEJA e depoimentos de pessoas que construíram a história da EJA na Rede Estadual de Educação do RN. Nos inspiramos na metáfora do arrieiro para partilharmos tudo o que nos foi dado conhecer no curso da pesquisa que realizamos, porque os arrieiros ou tropeiros, como eram conhecidos, comercializavam mulas, burros, cavalos e alimentos entre as regiões sertanejas na época do Brasil

colônia e, assim, se tornaram importantes para a convivência e a comunicação coletiva, como também na abertura de estradas que possibilitaram o acesso a mantimentos tão necessários à sobrevivência e à mobilidade humana. Essa metáfora nos inspirou, porque os documentos; depoimentos e análises dos dados e informações foram revelando pouco a pouco a existência de pessoas que constituíram a SUEJA e trabalhavam criando ou executando formas de atendimento e modelos de acesso dos jovens e adultos da EJA à escolarização na rede estadual de ensino. Por fim, podemos afirmar que o processo histórico da SUEJA, se encontra marcado por construção de políticas corroborativas o acesso dos jovens e adultos a formação escolar e a certificação para qualificação nas etapas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. SUEJA. Política Educacional. Acesso

THE SUBCOORDINATION OF YOUTH AND ADULTS: ARRIEIROS IN THE HISTORY OF ACCESS POLICIES TO EJA IN THE SCHOOL NETWORK OF RN

ABSTRACT: This text tells the story of the Youth and Adult Sub-Coordination (SUEJA) of the State Education Secretariat of Rio Grande do Norte. The objective of this narrative is to highlight and problematize the policies and

practices of educational assistance to Youth and Adult Education (EJA), which were mediated by SUEJA, in the period from 1970 to 2004. We write the whole history from the excavation and mining patient and careful of the documents in the SUEJA archives and testimonials from people who built the history of EJA in the State Education Network of RN. We were inspired by the metier of the muleteer to share everything we were made aware of in the course of the research we carried out, because mulattoes, donkeys, as they were known, traded mules, donkeys, horses and food among the hinterland regions at the time of colonial Brazil and thus, they became important for coexistence and collective communication, as well as in the opening of roads that allowed access to supplies so necessary for human survival and mobility. This metaphor inspired us, because the documents; testimonies and analysis of data and information gradually revealed the existence of people who constituted SUEJA and worked creating or executing forms of assistance and models of access for youth and adults from EJA to schooling in the state school system. Finally, we can affirm that the historical process of SUEJA is marked by the construction of corroborative policies for the access of young people and adults to school education and certification for qualification in the teaching stages.

KEYWORDS: EJA. DIRTY. Educational politics. Access

INTRODUÇÃO

A SUEJA, Setor da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC-RN), assume uma tríplice função nessa Secretaria: gestão, formação e acesso aos envolvidos na modalidade de EJA do RN.

Considerando essas funções e as Diretrizes do estado para a EJA, os responsáveis por essa modalidade de ensino devem buscar perspectivas que estejam nas dimensões políticas de acesso a escolarização para: a diversidade, os públicos de vulnerabilidades e aqueles que por algum motivo não tenha concluído sua educação básica. Esse movimento demanda a existência de profissionais que atuam como os arrieiros, ou seja, assim como os tropeiros eles precisam desbravar novos caminhos, levando o conhecimento para atender a todos os jovens e adultos que estejam livres ou privados de liberdades.

As demandas que advém dos jovens e adultos privados de liberdade ou livres, estão configuradas nas diversas formas de atendimentos, incluindo a organização de salas de aulas em espaços escolares e não escolares, considerando suas condições de vida e de trabalho no reconhecimento de suas especificidades social e cultural.

As demandas do público com o qual a SUEJA trabalha, faz com que as funções e articulações pautadas se sobreponham as representações homogêneas da educação linear e hierarquizada e se constituam em políticas administrativas e pedagógicas que compactue o processo de ações na forma diversificadas, elevando o diálogo do conhecimento escolar com os saberes culturalmente construídos pelo público da EJA.

Sendo um setor ligado ao órgão central de educação, a SUEJA através dos anos e de suas várias gestões, tem planejado suas ações de forma que não viole o planejamento geral

da SEEC, porém dando uma formatação que permita a flexibilização do atendimento ao público com as ações desenhadas em forma de espiral para representar as proposições de formação continuada para os estudantes, com podemos observar na figura abaixo:



Conforme pode se observar no organograma da SUEJA, ele apresenta-se de modo espiralado, para afirmar uma organização política, cuja razão de ser é o atendimento ao público, por isso mesmo sua organização encontra-se dentro de um fluxo que gira e não que engessa, no formato quadrado ou hierárquico. Na EJA o processo flui de modo que a possibilidade de movimento seja a única permanência do processo vivenciado na SUEJA.

Os egressos da EJA, tanto para o acesso quanto para o retorno ao processo escolar, se aliam às necessidades vigentes das vidas e condições sociais por estarem na margem da formatação do sistema político e educacional, fato que os inspiram a ter expectativas de que a escola seja uma possibilidade de superar suas necessidades de sobrevivência.

As flexibilizações e espiral de ações pedagógicas são para a superação das necessidades educacionais e sociais dos estudantes da EJA, porém algumas vezes se bipartem em sua articulação, por razões que estão fora do campo das políticas de acesso à EJA, no contexto da educação para todos e nas garantias permitidas nas legislações.

As interrupções nas articulações em círculo vão acontecendo por questões que intercorrem às decisões governamentais e intersetoriais, além da segmentação conservadora das propostas escolares que contrariam a proposta da função tríplice inicial da SUEJA.

A pesquisa que realizamos e que agora apresentamos, por meio desse texto, foi construindo dados a partir de documentos que fazem parte dos acervos da SUEJA, onde garimpamos as formas de atendimento ao público jovem e adultos pela rede estadual, antes e depois da criação da SUEJA.

Assim, foi possível identificar e problematizar os modelos de atendimentos de 1970

a 2001. Circunscrevemos a pesquisa a esse período, porque em 1970 se caracterizou um período de relevância para os exames supletivos, inclusive sendo referenciado na lei de educação 5.692 que teve sua divulgação em 1971. Já em 2001, por ter sido o ano de criação da Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos. Além dessa delimitação da pesquisa, realizamos estudos que foram feitos a partir de documentos que demarcam as práticas exercidas depois da oficialização do setor até meados de 2004.

Para contextualizar o estudo e os dados construídos, algumas pessoas que fazem parte da SUEJA atualmente e que ingressaram no setor mesmo antes de sua oficialização, foram ouvidas por se entender que são sujeitos construtores da história e origem da SUEJA. Vamos nos aproximar um pouco do modo como realizamos a pesquisa.

APROXIMAÇÃO DOS CAMINHOS PERCORRIDOS E DO EMBASAMENTO TEÓRICO DA PESQUISA REALIZADA

O pesquisador deve ser sempre leal ao seu guia para não perder a tropa no rumo da caminhada. Por esse motivo a pergunta inicial na pesquisa qualitativa é o guia orientador para que se realize a caminhada e uma escavação arqueológica dos documentos. Definimos duas questões de partida para orientar a escavação nos recursos encontrados nos acervos da SUEJA: Quais as políticas construídas na SUEJA para o acesso a modalidade EJA no RN? A SUEJA tem construído as políticas de acesso a EJA ou apenas executa o que é demandado de órgãos superiores da hierarquização da educação?

Vagante como os tropeiros em caminhos inóspitos, a pesquisa foi trazendo cada vez mais incertezas e inquietudes para as respostas aos questionamentos, motivo que levou a uma escavação mais profunda nos arquivos da SUEJA; arquivos pessoais de pessoas que fizeram a gestão da EJA no RN, antes e depois da criação da SUEJA, esse conjunto de dados e informações nos possibilitou uma aproximação dos sujeitos que estão envolvidos nessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, buscou-se uma conexão com a temporalidade (1970 -2004) e a história política, educacional e social que estava presente nos atos pesquisados. Para responder as nossas perguntas e analisar as fontes, nos apropriamos do método Materialismo Histórico Dialético, porque este método nos possibilita transitar do concreto posto ao concreto pensado e, caracteriza sem idealizar as relações humanas e as relações de consumo e mercado.

Nessa perspectiva, nos apoiamos em teorias que explicam a partir das essências humanas, como por exemplo: Freire, “mulheres e homens são os únicos em quem aprender é uma aventura criadora”(1996,p.28); Ciavatta, “a cultura aristocrata está em detrimento do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.”(2008, p.8); Gramsci, “O Estado é capaz, por meio da persuasão, conquistar os dominados para contribuir com os organismos privados da sociedade civil, através das escolas, igrejas, dos sindicatos e dos meios de comunicação de massa.” (2000.p.116).

As teorias nos levaram a problematizar e compreender aspectos da hegemonia política

que está presente em cada prática educacional da EJA, mesmo sendo essa prática definida coletivamente e com capacidade de envolver grandes massas na solução de problemas. Agora, vamos imergir nas trilhas que conduziram a criação da SUEJA.

TROPEIRANDO E FAZENDO AS TRILHAS DO APRENDIZADO

Ao garimpar nos arquivos da SUEJA e, encontrar dados e informações que remetem ao intervalo de tempo entre 1970 e 1980, encontramos em documentos da SEEC (certificados de conclusão de curso), com outras denominações que nominavam o setor antes de ser SUEJA, como: Departamento de Ensino Supletivo (DESU) e Subcoordenadoria do Ensino Supletivo (SESU).

Essas políticas para a formação e a certificação eram a do Projeto Minerva e o curso preparatório para os exames de madureza de 1º grau com duração de 12 meses. O Projeto Minerva era um programa radiofônico criado pelo governo militar para preparar jovens e adultos para os exames supletivos nos níveis de ginásio e colegial com duração de três anos.

Ilustramos essa informação com o depoimento da atual coordenadora das Comissões Permanentes de Exames Telma Celena, que entrou no Estado como funcionária pública da educação no ano de 1980 já assumindo a função de coordenadora dos exames supletivos. Telma está na ativa até os dias de hoje, exercendo a mesma função de coordenar nessa forma de atendimento na EJA que é a comissão permanente de exames. Tendo acompanhado todas as transformações das formas de atendimento a EJA no RN até os dias atuais. Em seu depoimento ela sintetiza o modelo do atendimento aos jovens e adultos nas décadas de 1970 e 1980, vejamos:

A origem do atendimento formal escolar a EJA no RN, nos anos de 1970 e 1980, era de uma escola organizada em prédios públicos para os alunos(as) que estavam na faixa etária escolar e para os alunos(as) que estivessem fora desse padrão escolar, de 15 anos ou mais, restava a oportunidade de participar dos exames supletivos que num contexto histórico determinado sob a égide da ditadura militar normatizada pela Lei de Educação 5.692/71, mediando para pessoas de diversas culturas, diversas criações e diversos pensamentos. (Depoimento da coordenadora, 2017).

Para compreender o tempo e o espaço nas ações políticas de acesso à EJA é necessário de dialogar com quem fez história nas andanças desse atendimento que em seu tempo histórico foi apenas suplente. É preciso não só saber sobre a realidade das ações na forma quantitativa, mas procurar se aproximar dela, dialogando com os que representam a concretização dessas ações em uma realidade passada e eminentemente atual.

A via de análise quantitativa nesse diálogo é preponderante na forma sensível e reflexiva, como um substrato necessário à análise dos dados investigados. Por isso, os arremates que se seguem são pontos e agulhas da sinergia o trançado final dessa análise. Em outro depoimento a coordenadora Telma Celena relata as condições para esse tipo de atendimento:

Dos anos 1970 aos anos de 1990, o setor funcionava na Rua São José, numa casa alugada com instalações bastante precárias, com as mínimas condições para atender os alunos que nos procuravam. Algumas vezes nem uma cadeira disponível tinha para eles sentarem e fazerem a inscrição. As condições eram muito ruins tanto para a gente trabalhar, quanto para o público que nos procurava. Em 2000, a SEEC lança o Decreto nº 15.035, criando as subcoordenadorias de ensino, que criou a Subcoordenadoria de Jovens e Adultos (SUEJA), passando a funcionar no Centro Administrativo em melhores condições de trabalho. Nessa mudança o setor deixa de se chamar SESU e passa a se chamar SUEJA (depoimento,2017).

Aqui temos um depoimento que apresenta o lugar e o modo como acontecia o atendimento ao público da EJA: *“As condições eram muito ruins tanto para a gente trabalhar, quanto para o público que nos procurava”*. Também, podemos observar que com a criação da SUEJA, as condições de trabalho melhoraram: *o Decreto nº 15.035, criando as subcoordenadorias de ensino, que criou a Subcoordenadoria de Jovens e Adultos (SUEJA), [...] em melhores condições de trabalho”*.

Em meados de 1988, antes da mudança de endereço, os Exames supletivos passam a ter a modalidade profissionalizante, para profissionais com experiências nas áreas de Transações Imobiliárias, (corretor de imóveis), Auxiliar de Computador, Segurança no Trabalho e Técnico de Enfermagem, sendo essas as certificações mais frequentes.

De acordo com os relatórios escritos de 1988 sobre o atendimento a essa demanda, as certificações não eram para a qualificação profissional, mas eram bem específicos para comprovação do 2º grau destinados àqueles que comprovassem dois anos ou mais anos de experiências com a área solicitada, devendo então proceder com os exames para a comprovação de escolaridade na empresa em que trabalhavam.

Esse processo não permaneceu por mais anos de atendimento porque o mercado é quem conduz a demanda e, naquele momento, as exigências eram nessas qualificações para atender ao que, por sua vez, era mais lucrativo e concorrido. Em 1995, encerra-se essa modalidade de atendimento profissionalizante e, em 1996, a EJA passou a seguir as normas dos artigos 37 e 38 da LDB nº 9.394/96.

A Comissão Permanente de Exames, continua em atendimento em todas as Diretorias Regionais de Ensino e Cultura e nos Centros de Educação de Jovens e Adultos espalhados no estado. Ela, está regulamentada pela atual portaria 1088/2019 e tem como objetivo certificar os jovens e adultos na educação que, pelas condições de vida e de trabalho, não conseguem frequentar presencialmente a escola.

No entanto, segundo a coordenadora Telma, alguns fatores sociais externos chegam a mudar as atividades afins desse objetivo, pois algumas famílias que desejam acelerar a certificação de seus filhos na etapa do ensino médio, para que estes possam ingressar prematuramente no ensino superior, encaminha-os aos exames, mesmo que eles não tenham 18 anos, conforme ditam as normas legais, recorrendo, para tanto, a uma liminar judicial a fim de ter esse desejo atendido.

O acesso à EJA pela Comissão Permanente de Exames merece uma observação

importante: com o advento do ENEM, a comissão assumiu outro perfil, por ter que certificar no ensino médio, através de parecer da justiça, jovens de 16 e 17 anos de idade oriundos da classe média que frequentam regularmente a escola e querem acelerar a certificação do ensino médio para chegarem as universidades mais cedo. Esses jovens descaracterizam a função da Comissão Permanente que é de atender aqueles que estão na condição de vida e de trabalho preconizada pela lei.

Nesse aspecto, a EJA, como modalidade de ensino, é submetida aos desejos e vontades de algumas famílias que se encontram alinhadas com os interesses do mercado, em detrimento da função da citada Comissão em sua portaria, que é a de atender ao aluno(a) trabalhador(a) que não tem como participar das aulas presenciais. Tomo o pensamento de Ciavatta para ampliar essa compreensão:

O dualismo das classes sociais utiliza o poderoso reforço das visões reducionistas da cultura aristocrática e do ufanismo ingênuo da cultura popular e suas formas alienadas em função dos modelos dominantes, vistos como única opção, em detrimento do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade [...]. (CIAVATTA, 2008, p. 8)

O acesso a EJA é uma luta que enfrenta concepções fechadas, colonizadas, dos que estão nas feitura dos planejamentos educacionais que, sempre que possível, negam o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade aos jovens e adultos livres ou privados de liberdade.

As políticas educacionais para EJA, tendem a excluir as demandas específicas desse público, quando dá vazão a cultura aristocrática, alienando os jovens e adultos do seu mundo e da possibilidade de pronunciar sua palavra o que tem como uma das consequências a evasão escolar e, nos parece ser essa a direção que vai se instalando em todas as décadas.

Ainda antecedendo a denominação do setor em SUEJA, houve a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. Momento que potencializou a educação para os jovens e adultos no estado. Estava sendo criada um espaço escolar para um público que tinha as mesmas características de tempos educacionais. Ou seja, todos estavam fora da idade “regular” para o processo de escolarização.

Em 1974, conforme encontramos no relatório da SUEJA 2000, o MEC fez convênio com a Secretaria de Educação do Estado, com a criação dos Centros de Ensino Supletivo - CES, para atendimento de 5ª a 8ª série do ensino de 1º grau, com três semestres de duração, correspondendo às três etapas de duas disciplinas cada uma (Relatório da SUEJA, 2000).

Em 1976, o decreto de nº 6.845 criou o Centro de Ensino Supletivo Felipe Guerra, no município de Natal, vinculado à Subcoordenadoria de Ensino Supletivo, para atender a jovens e adultos no ensino de 1º grau (Diário Oficial, 14/01/76).

Em 1988, o parecer 003 de 24/02/88 institui a ampliação do atendimento no Centro de Ensino Supletivo Felipe Guerra, para atender a jovens e adultos que desejassem se certificar no ensino de 2º grau, atendendo reivindicações especialmente dos que moravam nas zonas Leste e Norte de Natal, que alegavam problemas com a locomoção para o Centro de Ensino Supletivo Lia Campos que, na época, era o único a atender o ensino de 2º grau de EJA

desde 1980.

Naquele momento, foi demarcada uma política própria do Setor (SESU) que coordenava e articulava a EJA no Estado, para a ampliação do acesso de pessoas que desejavam estudar, fato que, até então, não era permitido pelas difíceis condições de acesso e de locomoção, e que se tornou viável com a realização dos exames supletivos de 2º grau no Centro de Ensino Supletivo Felipe Guerra.

As normas que regulamentavam esse atendimento era o já referido parecer de 1988, e o material instrucional vinha do Centro Ensino Supletivo Lia Campos, que, desde 1980, fazia a certificação dos alunos do ensino do 2º grau através dos módulos e dos exames supletivos.

A metodologia em ambos consistia do atendimento em “cabines”, configurando-se como educação a distância (Câmara de Ensino Supletivo, CEE 02/1988), com atendimentos semipresenciais. Nessa modalidade, em alguns dias o aluno ia ao Felipe Guerra para complementar atividades do estudo e, em outros, fazia atividades vivenciais em espaços fora da escola.

Na sequência, foram ampliados os Centros de Ensino Supletivo no interior do Estado do RN, nas cidades de Mossoró, Caicó e Currais Novos. Todos esses atendiam à população constituída por adultos e jovens acima de 15 anos, prioritariamente na forma de exames supletivos.

Conforme pode-se perceber com o que apresentamos acima, as políticas de acesso para EJA no RN, pelo atendimento de exames supletivos para os ensinos de 1º e 2º graus, foram políticas assistenciais e com aceleração de estudos, caracterizando-se, nesses termos, como regime de suplência.

O acesso escolar para EJA nos CES nos anos 1980, tinha o mercado de trabalho como o principal demandador do público matriculado. No entanto, o abandono chega em média a 30% ou 40% no 1º grau evidenciando que as formas, caracterizadas como suplência, não eram proativas para as políticas de acesso, permanência e saída.

Num panorama geral sobre o quantitativo de abandono nos CES, a pesquisa revelou que existiam várias ofertas nesses centros para atender ao jovem e adulto da época e o abandono variava de uma forma de atendimento para outra.

Conforme demonstra os dados do relatório SUEJA, 2000: 80%, era o abandono nos subnúcleos dos CES; em média 50%, nos Exames de Educação Geral; menos de 15% nos exames profissionais e no Logos II, menos de 13%.

É possível observar que o menor número de abandono ocorre nos programas, onde estavam matriculados o maior número de pessoas que já estavam no mercado de trabalho e queriam concluir os estudos para se qualificar ou para permanecer no emprego.

Já as políticas educacionais a partir dos anos de 1990 vão delineando uma direção, como bem afirma Haddad (2000), “do esvaziamento do direito social à educação básica em qualquer idade”, o que suscita um movimento que determina as responsabilidades do Estado e da sociedade nas ações educacionais para a EJA.

As reformas realizadas sob o dogma neoliberal tentam superar o baixo nível de desempenho educacional, através de programas temporários. Apesar dessa tendência, a

Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (Tailândia, 1990) propõe metas que possibilitem melhorar as condições de vida de crianças, jovens e adultos, pelo atendimento às necessidades básicas de educação em uma década.

Nos dez anos que se passaram as metas não foram cumpridas, e, no encontro de Dakar/Senegal 10, o enfoque foi a educação primária para as crianças e as habilidades e a paridade de gênero para a EJA. Essas provisões permanecem e se ampliam, enlaçadas pelos recônditos dos programas temporários que, em sua maioria, se estenderam para além dos anos 1990, com a dualidade entre a LDB nº9394/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Ainda que os Artigos 37 e 38 da referida LDB definam a expansão do atendimento à EJA nas redes escolares de acordo com as especificidades de vida e de trabalho dos educandos dessa modalidade, as políticas para o acesso à EJA se pautaram muito mais em programas temporários, do que na permanência e na continuidade da formação educacional, como mostram os dados apresentados, com destaque para os anos 2000.

O caráter de suplência que vinha suprir a escolaridade regular prioritariamente pela certificação e pelo aceleração dos estudos, acompanha a Educação destinada aos jovens e adultos, desde 1971. Com a LDB nº 9.394/96 se suplanta o caráter de suplência e se valoriza a educação compensatória, já que a certificação (na política dos CEJA, antes CES), para as etapas de ensino fundamental e médio, na forma de exames, se constitui em suprimento para compensar a escolaridade não concluída na “idade própria”.

É pertinente salientar que nos anos 2000 houve mudanças importantes na educação básica no que diz respeito ao ensino fundamental. A LDB nº 9.394/1996 definiu que o ensino fundamental teria a duração mínima de oito anos e incluía as crianças de 7 a 14 anos de idade. Porém, no ano de 2001, a Lei nº 10.172 que criou o Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010) trouxe o ensino fundamental com duração de nove anos, destacado na meta número 2 para a educação nacional. O objetivo era universalizar o ensino fundamental, incluindo a etapa de alfabetização.

Na rede de ensino estadual do RN a modalidade EJA passa a se constituir de nove anos, distribuídas em cinco períodos. No entanto, há aspectos que contrariam as medidas adotadas pelo governo para a obrigatoriedade e a universalização do ensino, como ressalta Dourado:

[...] há sérios problemas relativos à qualidade e, dessa forma, os desafios para a referida universalização da educação obrigatória são muitos e complexos, requerendo, por parte do Estado brasileiro, a construção de políticas orgânicas e também um efetivo regime de colaboração entre os entes federados, que possibilitem a priorização e o investimento necessários, incluindo financiamento, padrão nacional de qualidade no ensino [...].
DOURADO (2011, p. 6):

O autor não se refere especificamente a modalidade EJA na citação, porém as políticas públicas orgânicas para a educação básica incluem a modalidade no destino dessas políticas.

Nesse sentido, embora o governo brasileiro tenha definido novas diretrizes para a educação de jovens e adultos a descentralização de ações, atendendo as reivindicações da sociedade, no ano 2000, os resultados no rendimento da aprendizagem não contemplam os avanços esperados conforme tem sido os resultados publicados pelos sistemas de avaliação nacional.

A EJA passa então a ser vista, pelas escolas, como um motivo do baixo índice de desenvolvimento da aprendizagem, e isso passa a restringir o acesso dos educandos de EJA à escola.

Nos anos que seguem de 2001 a 2004, programas como: Alvorada – Escola Jovem Cidadã (2001 a 2003), parceria do MEC com a SEEC/SUEJA/SUEM, objetivavam expandir e melhorar o Ensino Médio de EJA na rede escolar. Atendeu a 36 escolas no estado, com 16.963 alunos matriculados, teve formação e material específico para os professores, planejados e orientados pelo MEC. O abandono foi de 24% no 1º, 18% no 2º ano e 8% no 3º ano.

O Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003 pelo MEC que fez parceria com a SEEC, tinha como objetivo superar o analfabetismo do estado, em sua primeira fase atendeu trinta e cinco mil alfabetizandos de 15 anos ou mais, espalhados em toda territorialidade do estado. O programa nessa primeira fase, teve aproximadamente 35% de abandono em oito meses de atividades de alfabetização.

Em 2004, foi lançado, pelo MEC, o Programa Educando para Liberdade, para atender com as etapas de ensino da Educação Básica aos jovens e adultos que se encontravam em privação de liberdade. A SEEC em parceria com a secretaria de justiça e Direitos Humanos iniciou esse atendimento ampliando as salas de aula de EJA em alguns espaços de privação de liberdade no estado.

A SUEJA organizou a partir de 2003, várias formações para educadores de EJA, com recursos do Programa do FNDE, o Fazendo Escola. O fluxo dessas formações aumentou especialmente pela ampliação no atendimento a EJA através de programas e projetos de formação ou de conclusão da educação básica.

O acesso a EJA nas escolas do estado a partir de 2003, teve ampliação significativa, incluindo a melhoria de seu atendimento no que se refere a formação para educadores, produção de material didático para EJA e a expansão do atendimento a diversidade e a público de vulnerabilidade, proporcionado pelas ações planejadas no MEC e executadas na SEEC/SUEJA. Porém, os programas temporários foram as dimensões para o atendimento a esse público como política de governo, o que torna sua permanência e continuidade frágil.

CONCLUSÃO

A SUEJA, tropeirante e vagante, tem buscado criar condições de autonomia para garantir uma educação enraizada nas especificidades de jovens, adultos e idosos. São homens e mulheres que estão nos mais diversos espaços e temporalidades de uma sociedade desigual.

Talvez, aí resida o cerne da questão central das políticas e formas de atendimentos

a esse público, ou seja, encontra-se na desigualdade econômica e social não só a explicação para a existência de muitos pobres, como também podemos considerar que é esta desigualdade econômica e social, que tem como um dos seus desdobramentos a ausência de um atendimento a este público com políticas educacionais permanentes e, que considerem suas especificidades.

Esse estudo realizado, por meio da pesquisa me possibilitou compreender, por um lado, que a formatação de uma visão burocrática criou a falsa ideia de uma educação para todos, sem, contudo, considerar que o termo “todos” não é uma abstração, mas uma palavra que se refere a indivíduos providos de singularidades, esteja ele livre ou privado de liberdade.

E, como vínhamos afirmando na narrativa deste texto, a trajetória histórica de construção da SUEJA, encontra-se marcada principalmente pelos arrieiros que existiram no Departamento de Ensino Supletivo (DESU) e Subcoordenadoria do Ensino Supletivo (SESU), dois órgãos que antecederam a criação da SUEJA.

Foram essas pessoas atuando como os arrieiros ou tropeiros, lutando para garantir o acesso e criando formas de atendimento aos jovens e adultos potiguaras, que enfrentaram e ainda hoje enfrentam as políticas de acesso à EJA, na sua maioria, pautadas em políticas de governo, na maioria através de programas temporários que acabam estrangulando as políticas públicas de permanência e continuidade formativa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para EJA. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CIAVATTA, Maria. Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada. Texto é parte do Projeto “**Memória e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado**: do ensino médio técnico à educação integrada profissional e tecnológica”. Rio de Janeiro: CNPq/FAPERJ, 2008.

DOURADO, Luiz Fernando. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectiva. 2.ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2001, v. 1 e 2.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil**: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; São Paulo em Perspectiva, vol.14, n.1, p.29-40, mar. 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 20, 35, 36, 40, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 74, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 111, 116

C

Complexidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 21, 22, 55, 81, 82

Corporalidade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

E

Educação de Jovens e Adultos 12, 17, 18, 19, 20, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 64, 66, 68, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 97, 98, 104, 105, 112, 113, 117, 118, 120, 122, 137, 138, 139

Educação Parental 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134

Educação Sexual 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 137

Educadores 3, 36, 55, 61, 81, 83, 89, 90, 91, 92, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 133, 134

EJA 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 132, 137

Envelhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 122

Ética 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 43, 52, 101

F

Formação 2, 3, 7, 9, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 97, 99, 107, 110, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137

Formação Docente 38, 40, 46, 63, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 120

H

História 8, 9, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 38, 64, 70, 91, 94, 95, 99, 101, 106, 114, 115, 117, 137

I

Idosos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 36, 42, 49

L

Legislação 12, 13, 15, 38, 40, 41, 68

Letramento 50, 98, 99, 100, 101, 102, 103

M

Matemática 64, 91, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

P

Parentalidade 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133

Parentalidade Positiva 122, 126, 131, 132, 133

Política Educacional 10, 14, 27, 87, 89, 96

Práticas Educativas 38, 78, 106

S

SUEJA 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37

T

TOPA 3 98

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br